

FACILITAR O DIÁLOGO

Guião do Facilitador

VISÃO GERAL DA SESSÃO

Nesta actividade, uma história interessante é usada para destacar o problema da gravidez indesejada e do aborto inseguro nos contextos onde a sua agência trabalha. A história foi concebida para estimular o diálogo sobre questões relevantes e acções pertinentes do papel da sua agência na prestação de cuidados de aborto seguro para reduzir a mortalidade materna e as lesões causadas por aborto inseguro.

OBJECTIVOS

No final desta actividade, os participantes serão capazes de:

- Articular opiniões e pontos de vista relacionados com o assunto na história
- Analisar e debater as acções a serem tomadas em relação ao assunto na história
- Demonstrar empatia para com as pessoas e situações narradas na história

MATERIAIS

- Cópias de “Facilitar o diálogo: Folheto do participante” (uma cópia por participante).

DURAÇÃO

Tempo total: 30 minutos

PREPARAÇÃO PRÉVIA

- Selecione e prepare uma história relevante e estimulante (algumas possíveis opções estão incluídas no “Folheto do participante”). Imprima cópias para distribuir aos participantes, se necessário. Você também pode usar histórias de jornais locais ou relatórios ou informes de projectos da sua agência, quando disponíveis.
- Prepare questões para debate.
- Reveja a história e as questões para debate com antecedência para familiarizar-se com elas.

INSTRUÇÕES

Passo 1: Apresente os facilitadores e a actividade.

Exemplo da apresentação:

“Vamos dedicar algum tempo a falar sobre a questão do aborto inseguro e o papel da sua agência relativo à prestação de cuidados de aborto seguro para reduzir a mortalidade materna e as lesões causadas pelo aborto inseguro. Gostaríamos de usar este debate como um meio de analisar o problema com mais detalhes e determinar o que é necessário para garantir que as mulheres possam ter acesso a cuidados médicos seguros.”

Passo 2: Distribua ou apresente a história. Sempre que possível, peça aos participantes que leiam em voz alta ou “dramatizem” a história para todo o grupo.

Passo 3: Facilite um debate sobre a história usando as questões para debate que desenvolveu antecipadamente.

Passo 4: Solicite e debata quaisquer questões, comentários ou preocupações pendentes com os participantes. Agradeça-lhes pela participação.

EXEMPLO DE QUESTÕES PARA DEBATE

- O que vemos nesta história? (Mantenha o debate centrado no que importa: quem está envolvido, o que eles estão a fazer e a dizer, etc.)
- Que problemas são apresentados? (Agora peça ao grupo para aprofundar a dinâmica subjacente e implícita)
- Este problema é diferente para mulheres deslocadas ou refugiadas?
- Que novas informações aprendemos com essa história?
- Por que isso acontece? (Por que existe esse problema? Quais são as principais causas?)
- De que forma isso se relaciona com o nosso trabalho?
- O que podemos fazer para melhorar esta situação?
- Que lições tiramos dessa história?

FACILITAR O DIÁLOGO

Folheto do Participante: Histórias

EXEMPLO #1

Forças de manutenção da paz da ONU: Congo é o líder mundial em denúncias de abuso sexual

Adaptado de: AP News, Krista Larson and Paisley Dodds, 9.21.17

<https://apnews.com/abbc13a929264889a110d2bb2cccf01f>

BBUNIA, Congo (AP) — Ela ficou órfã devido a um conflito brutal, mas a rapariga congoleza de 14 anos encontrou refúgio num acampamento protegido pelas forças de manutenção da paz das Nações Unidas.

O acampamento deveria estar protegido no dia em que ela foi estuprada. Uma delegação da ONU estava a fazer uma visita, e sua avó a havia deixado encarregada de seus irmãos. Esse foi o dia, conta a menina, que um elemento das forças de manutenção de paz do Paquistão entrou na sua casa e a abusou em frente das outras crianças. Mas esse não foi o final da história. Mesmo tendo reportado o estupro, a menina nunca teve ajuda da ONU. No entanto, ela ficou grávida e teve um bebé. Sem nenhuma prova de paternidade, ela foi expulsa da casa dos seus pais. Agora ela luta para criar o seu filho de 2 anos sozinha.

Das 2.000 queixas de abuso e exploração sexual feitas contra as forças de manutenção da paz e pessoal da ONU em todo o mundo nos últimos 12 anos, mais de 700 ocorreram no Congo, revelou a The Associated Press. A nação africana em conflito abriga a maior força de manutenção da paz da ONU, o que custa um impressionante valor de 1 bilhão de Dólares Americanos por ano.

Durante uma investigação de um ano, a AP constatou que, apesar de prometer reformas por mais de uma década, a ONU falhou em cumprir muitas das suas promessas de parar o abuso ou ajudar as vítimas, algumas das quais foram perdidas para uma burocracia complexa. Os casos desapareceram ou foram transferidos para os países de origem das forças de manutenção da paz -- que muitas das vezes não fazem nada com eles. A chave para solucionar isso seria determinar a paternidade, o que é ilusório para muitas das vítimas, principalmente agora que os agressores há muito voltaram para seus países de origem.

Com raras exceções, as vítimas entrevistadas pela AP não receberam ajuda. Em vez disso, muitas foram expulsas das suas famílias por terem filhos de raça mista - que também são rejeitados, tornando-se uma segunda geração de vítimas.

A AP constatou que as vítimas de acidentes de carro envolvendo veículos da ONU têm mais probabilidade de receber indemnização do que as vítimas de estupro. Porquê? Porque essas lesões foram infligidas durante o curso das "obrigações oficiais" do trabalhador da ONU.

As mulheres contaram à AP histórias de não conseguirem terminar os estudos, de serem expulsas de casa por estarem grávidas e de não conseguirem encontrar maridos por causa dos filhos de raça mista. Uma coisa que todas desejam é ajuda financeira para criar os filhos.

EXEMPLO #2

Adaptado de: **Objecção de consciência e seu impacto na prestação de serviços de aborto na África do Sul: um estudo qualitativo**

Harries, et al. *Reproductive Health*. 2014

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3996040/>

A Lei Sul-Africana sobre a Escolha de Interrupção Voluntária da Gravidez (CTOP), Número 92 de 1996, promove o direito reprodutivo da mulher de ter um aborto precoce, seguro e legal.

A Lei CTOP não menciona, de forma específica, o direito à objecção de consciência, mas estabelece directrizes sobre como se espera que os profissionais de saúde actuem nos termos da legislação.

Em algumas situações, parecia que a objecção de consciência estava a ser usada como meio de se opor ao aborto numa base muito ampla e a objecção de consciência tornou-se uma oportunidade abrangente para a não participação nos serviços de aborto.

Num caso específico, uma provedora de uma unidade sanitária de serviços de aborto designada, que estava familiarizada com as informações da objecção de consciência e os deveres dos profissionais de saúde relacionados com a prestação do aborto, reconheceu que apesar de estar ciente das limitações impostas à objecção de consciência, a direcção ainda permitia que os provedores se recusassem a prestar serviços. Na sua perspectiva, isso foi evidenciado pela contratação de enfermeiras de fora do sector público de saúde através de uma agência de enfermagem privada para prestar serviços de aborto:

Não consigo me lembrar muito bem sobre a objecção de consciência, ela foi introduzida há cerca de 10 anos. Estabelece que você pode recusar-se a fazer o procedimento, mas não pode se recusar a prestar serviços, como aconselhamento, pré-aconselhamento ou referência Mas temos muitos colegas que se recusam e, portanto, temos enfermeiras de uma agência a entrar porque a equipa se recusa a ir à sala de operações [sala de cirurgia] para trabalhar. E eu ainda acho que de alguma forma, embora a lei estabeleça que não se pode recusar até chegar-se a esse ponto, de alguma forma, os nossos gestores respeitam a posição da equipa, caso contrário eles não teriam recebido o pessoal da agência privada para ajudar. [provedora numa unidade sanitária de serviços de aborto designada]

O conflito moral em torno do aborto é único em relação a outras práticas médicas na África do Sul e é o único caso em que os profissionais de saúde podem invocar o seu direito à objecção de consciência. Para continuar a fornecer acesso aos serviços de aborto seguro, medidas precisam ser postas em prática para abordar os problemas de objecção de consciência e garantir que o pequeno grupo de provedores que está a prestar serviços tenha apoio.

EXEMPLO #3

Adaptado de: **Richard Beddock: Mulheres migrantes numa 'situação extremamente vulnerável'**

Por Cecile Barbieri, 8 de Março de 2017

<http://www.euractiv.com/section/development-policy/interview/richard-beddock-female-migrants-are-in-an-impossibly-vulnerable-situation/>

Numa situação de crise, as vítimas mais afectadas são sempre as mais fracas: mulheres e crianças. As mulheres migrantes encontram-se numa situação de extrema vulnerabilidade.

Não conseguimos ajudar as mulheres com parto ao longo da rota de migração. A situação é muito precária. E também temos de lidar com a barreira linguística. Assim, concentramos a nossa acção em Calais e em outras aldeias do norte da França.

A situação em Calais é muito complicada, porque temos de cuidar das mulheres na lama. São, principalmente, mulheres jovens que seguem a rota da migração. Mas elas não estão melhor em Calais do que na Jordânia.

Estamos muito preocupados com a falta de financiamento público. Os políticos ignoram a situação no terreno. Quando chegamos aos acampamentos com a nossa equipa e o nosso equipamento, fica muito claro que há uma necessidade urgente de mais cuidados.

Não temos financiamento institucional para Calais, contamos com o Colégio Nacional Francês de Ginecologistas e Obstetras e com o financiamento privado para apoiar nosso trabalho.

EXEMPLO #4

Adaptado de: **Refugiada luta por aborto após estupro em Nauru**

Sydney Morning Herald

Bianca Hall, 15 de Abril de 2016

<http://www.smh.com.au/federal-politics/political-news/refugee-battles-for-abortion-after-rape-on-nauru-20160414-go67o6.html>

A jovem africana refugiada estava no meio de uma crise epiléptica violenta quando foi estuprada em Nauru. Agora, ela está grávida de nove semanas e desesperada por fazer um aborto. Desde seu estupro, a jovem já tentou suicidar-se. Ela vive uma vida incerta em Nauru com um visto de assentamento temporário, onde desde então foi aceite como refugiada. O governo australiano recusa-se a transferi-la para a Austrália, mas em vez disso quer transferi-la para Papua-Nova Guiné onde, de acordo com o código penal do país, uma mulher que busca "causar um aborto" pode enfrentar uma pena de prisão de até sete anos. O Departamento de Imigração e Controlo de Fronteiras e a Comunidade da Austrália argumentam que isso significa que ela não é da responsabilidade da Austrália. Ela entrou com um pedido de liminar com a ajuda de um advogado e o seu caso está a ser discutido no tribunal federal.